

**GÊNERO E SEXUALIDADE EM PAUTA NA ESCOLA: Discussões sobre as
normatizações nos espaços escolares**

*Eixo Temático - ET 19 - Gênero e Sexualidade na Escola: Novas Ameaças,
Enfrentamento e Possibilidades de Resistências*

Allyne Paula do Nascimento Combé ¹

RESUMO

A educação no Brasil, passa por intensos processos de normatização, reforçando padrões culturais atuais, com uma escola que visa manter controle social sobre os corpos, fortalecendo padrões e normas vigentes. Qual o custo desse tipo de educação, como podemos estar educando para práticas libertárias? Debater questões de gênero, raça, tem sido estar no limiar, e ser ao mesmo tempo visto como subversivo, mas, tem sido cada vez mais necessário, sobretudo, como forma de sobreviver ao modelo político-social vigente, pois os corpos estão sempre na contramão da normatização. Nesse cenário surge uma série de processos que se voltam ao controle dos corpos e ataque as instituições. Se utilizando de um arcabouço teórico voltado a luz das teorias Queer, surge este ensaio como fomento de discussão.

Palavras-chave: Gênero, Educação, Sexualidade, Teorias Queer

INTRODUÇÃO

A escola sempre foi um lugar marcado pela diferença, porém, assim como a mesma se manifesta, acaba por diversas vezes sendo vigiada, silenciada, controlada, assim, a escola acaba por se manifestar em um lugar de opressão, sendo uma das instituições que mais promovem normatização e estabelecimento de padrões de comportamentos, perpetuando estes ao longo de toda uma cadeia social (FOUCAULT, 1987; BENTO, 2011a; MISKOLCI, 2012).

¹ Pós-graduada em Psicologia organizacional e do trabalho, graduada do Curso de Psicologia do Centro Universitário do Vale do Ipojuca/UNIFAVIP - PE, allynepaula.combe@gmail.com;

Bento (2011a, p. 556) pontua que, “Há um projeto social, uma engenharia de produção de corpos normais, que extrapola os muros da escola, mas que encontrará nesse espaço terreno fértil”, imersas na escola, as questões voltadas a gênero e sexualidade tomam forma, passam a ocupar um lugar de silenciar, mesmo que essas questões estejam marcadas na vida em sociedade, permanecem tendo que se ocultar frente ao seu desenrolar.

O presente ensaio versa sobre os processos sociais que abarcam nos contextos escolares, as vivências dos sujeitos considerados como “diferentes” em suas dissidências, ditando normas de conduta e padrões estereotipados de comportamentos, visando enquadramento dos corpos em normatizações estabelecidas como corretas diante do social.

Encontra-se como justificativa social, a preocupação em visibilizar as opressões e violências sofridas por diversos sujeitos nos espaços escolares, diante das manifestações de suas livres autenticidades e reconhecimento da livre manifestação de suas sexualidades, bem como a expressão sem conceitos concebidos ou fechados sobre seus gêneros, que vem sendo fortemente marcados por sinais de violência e opressão.

Importante que o debate se torne fator de resistência, sobretudo por que enquanto mulher, me encontro perpassada por práticas de controle, de disciplina, vinculados a uma sociedade que ainda precariza a experiência do feminino (BEAUVIOR, 1970; LINS, 2007; PISCITELLI, 2002) , colocando-a em um lugar de fragilidade que nunca lhe coube. O pensamento que se expõe atualmente vem de processos históricos e sociais antigos que se perpetuam no social, quando lançamos o olhar aos marcadores sociais (ZAMBONI, 2014), como mulher, mulher negra, mulher negra trans, entre outros, percebemos o quanto se está muito longe do esperado como ideal para todos. Esta concepção, enraizada nas sociedades, incorporou o homem como aquele que estaria sempre acima, transformando a sociedade em um sistema extremamente opressor para o feminino e para diversas outras formas de expressão, especialmente os que se inserem às margens do ideal homem, hétero, branco, marcando de maneira forte as relações sociais.

É sabido que o enquadre quase certo nos processos que se voltam a disciplinar, sobre a ilusão de uma possível inclusão no grupo social, este que no entanto, versa a partir de uma inclusão perversa (SAWAIA, 2001), na realidade marginaliza corpos e identidades, transformando em transgressão e adquirindo ares de opressão, haja vista, a sociedade capitalista, expressa por uma população que dita e que mantém as normativas vigentes sempre controladas, em detrimento de “minorias” que vivenciam o estigma em suas vidas como se fosse algo normal, algo que precisa ser aceito, contra algo que não se tem forças para lutar, em virtude de ser este processo tão implantado na sociedade vigente.

Historiadores e sociólogos mostram como toda nação é imaginada como uma comunidade com fronteiras que definem quem dela participa e quem é dela excluída, ou seja, a nossa imagem de nação também comporta discriminações e exclusões. Encará-las é reconhecer a existência de diferenças, dissonâncias e dissidências na sociedade em relação ao que o Estado tentou construir como ideal (MISKOLCI, 2012, p. 54).

Processos de exclusão, que ecoam no surgimento de nossa sociedade, com uma democracia atual e já tão fragilizada por diversos ataques, de visões carregadas de significados ligadas sempre as desigualdades criadas desde a colonização, mas reiteradas em virtude de um grupo que detêm o poder e segue invisibilizando aqueles que não fazem parte deste sistema, segundo Frigotto (2017, p 20), “A desigualdade econômica, social, educacional e cultural que se explicita em pleno século XXI resulta de um processo de ditaduras e golpes da classe dominante com objetivo de manter seus privilégios”.

Surgem dessa forma questionamentos específicos inseridos na temática a saber: debater os mecanismos de opressão utilizados na dominação dos corpos nas escolas, questionar possibilidades de resistência e novos olhares nos processos que incidem sobre os sujeitos, e analisar como as teorias queer podem adentrar no espaço escolar e suas compreensões sobre os processos da diferença.

Diante do cenário do presente ensaio, percebe-se como os processos de colonização brasileira, deixaram profundas marcas no social, tornando difícil o debate acerca das desigualdades que se perpetuam atualmente nas camadas e instituições sociais.

O Brasil, no contexto do capitalismo mundial, estruturou-se sob o signo colonizador e escravocrata e, como tal, produziu uma das sociedades mais desiguais e violentas do mundo. Das burguesias clássicas que lutaram para constituir nações autônomas e independentes e que, mesmo cindidas em classes, estruturaram sociedades com acesso aos direitos sociais básicos, diferentemente dessas, a burguesia brasileira sempre foi antinação, antipovo, antidireito universal à escola pública. (FRIGOTTO, 2017, p. 20).

Nesse meio, a sociedade emerge crescente sobre os processos do capital, que fortaleceram as relações de poder (FOUCAULT, 1987), e subsidiaram práticas autoritárias de dominação sobre os povos, culturas, hegemonias se consolidaram e se perpetuaram no cenário social, estipulando comportamentos e criando instituições regulatórias para os mesmos. Os fatores de desigualdades que se encontram inseridos no social, por si só expressam diferenças, pois algumas existências acabam por ser mais precarizadas em detrimento de outras. Falar sobre gênero, torna-se sobre muitos fatores, complexo, faz-se necessário visualizar os contextos onde os sujeitos se inserem e as várias violências incorporadas nas rotinas diárias.

Seffner (2016), ao relembrar o golpe sofrido pela presidenta Dilma Rousseff, destaca a

utilização das bandeiras defendidas pelo PT, então partido da presidenta à época, por grupos conservadores, para reconhecer o perigo que este governo, segundo os mesmos, representava, apenas por levantar pautas ligadas a políticas públicas voltadas a educação em gênero e sexualidade nas escolas, que representava para grupos isolados, forma de subversão das crianças, ferindo a moral e os bons costumes.

Tem se tornado recente, processos que surgem ainda voltados a militarização das escolas, que vem avançando em diversos estados e ganhando força atualmente se ancorando em modelos de docilização dos corpos, extinguindo o fator de criticidade, um caráter totalmente controlador das vivências e dos processos de descobertas dos corpos. Mascarenhas (2020, p. 368-369), ao trabalhar o tema, pontua que esse “modelo de compartilhamento de gestão prevê interferência não só no quesito administrativo, mas amplia seus tentáculos para a questão pedagógica e no trabalho do professor [...]”.

Nesse sentido, urge a inserção dos direitos humanos nas pautas escolares, os mesmos que sabemos que existem, no papel se localizam para todos, deveriam gerir as relações sociais de maneiras igualitárias, porém, no real acabam por cair na falácia e se tornar discurso sobre direitos, como nos lembra Boaventura de Sousa em seu livro com Chauí (2014) ao invés de serem legitimados por práticas voltadas a sua aplicação, não se vê sendo de fato aplicados.

As teorias queer se inserem nesse debate, com forte cunho político, ligadas a movimentos sociais que versavam sobre a liberdade de expressão dos corpos, e sobre suas abjeções e estranhamentos, as políticas queer começam a adentrar espaços escolares e ganham pautas que podem lançar no debate novos processos de construção, se apresentando como possibilidade de reflexão e discussão de novas posturas e configurações a se adotar, para que se possa debater como lidar com as diferenças, já que estão fortemente marcadas, tornando possível trazer para o real novas práticas formativas aos profissionais inseridos nos contextos escolares.

METODOLOGIA

Para a construção do presente ensaio, optou-se pelo uso de uma metodologia qualitativa, por proporcionar abertura a novas possibilidades de olhar, sendo uma abordagem de pesquisa que vem a proporcionar uma visão mais ampliada da questão a ser trabalhada (GODOY, 1995), bem como a utilização de ferramentas de cunho bibliográfico, proporcionando acesso a várias fontes que possam dar subsídio ao debate (GIL, 2008).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pesquisar sobre o tema proposto, se mostra por se só gerador de novos sentidos ligados as nossas próprias vivências, que se encontram também perpassadas por práticas de normatização impostas desde as descobertas do “menino” ou “menina”, enraizadas na construção do eu de cada sujeito e diante das normas que se inserem nessas construções.

Visitar as teorias queer se apresenta como um respiro diante do fechar de possibilidades, que vem se configurando no social atual, frente a políticas de cunho ideológico-partidárias cada vez mais utilizadas no legitimar dos discursos lançados sobre as sexualidades.. Ao citar Foucault, Bento (2011a, p. 558) sinaliza a troca do discurso de pecaminoso para a anormalidade, que rege o discurso científico atual, legitimando o que se observa no social, sob posturas de controle e rígida norma.

Chama a atenção nesse meio, o papel que tem sido concedido aos professores e profissionais da educação inseridos nesses processos, como tem sido suas preparações, como tem sido inseridos nos ambientes e espaços de intensa normatização, como ser em sua própria abjeção não esbarrado pela norma que impera nos corpos, que impera no silenciar de um padrão que vem sendo estabelecido com força e cada vez mais se avoluma e ganha forma. Para Candau (2012), no cenário atual, os processos educativos são fundamentais para o fomento dos debates acerca da temática dos direitos humanos, uma vez que nesse espaço, a construção do conhecimento encontra caminhos para discussão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É bem verdade que a educação como muitos campos onde se insere o humano, permanece em constante modificação, porém, ainda é fator de intensa normatização, embora a sociedade vivencie atualmente de forma gritante novas configurações identitárias, de gênero e sexualidade, ainda se convive com a norma, que permanece sendo reiterada, em detrimento do não conformismo dos corpos, adormecida na cegueira social de muitos. No paralelo, mobilizações sociais de cunho político-partidário, acabam ganhando forças, em virtude do cenário nefasto que vivencia o social brasileiro, de extrema intolerância e falta de visibilidade para aqueles que continuam lutando por uma sociedade digna e humana. Lutar pela educação nunca foi atual, precisa cada vez mais ganhar força e voz, pois com a inserção de pautas sociais nesse cenário, vemos o quanto ainda se precisa evoluir, para falarmos de educação de qualidade



e para todos, algo que está para além dos muros da escola, e adentra nas casas e nas camadas da sociedade, e a constituem.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, S. de. P. **Segundo Sexo**, Vol.1: Fatos e Mitos, Difusão Européia do Livro, 1970;

BENTO, Berenice. **Na escola se aprende que a diferença faz a diferença**. Estudos Feministas, Florianópolis, v.19 n.2, p. 549-59, 2011a;

_____. “Política da diferença: feminismos e transexualidades”. In: COLLING, Leandro (Org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?**. Salvador: EDUFBA, 2011b, p. 79-110;

BUTLER, Judith. “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do ‘sexo’”. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, p. 191-219;

CANDAU, V. M. F. **Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos**. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 715-726, jul.-set. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/phjDZW7SVBf3FnfNL4mJyWL/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 08 de junho de 2022;

CHAUÍ, Marilena; SANTOS, Boaventura de Sousa. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2014;

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I: a vontade de saber**. 19. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988;

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987;

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996;

_____, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987;

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017;



VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Seminário Internacional
Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Luso-Brasileiro Educação
em Sexualidade, Gênero,
Saúde e Sustentabilidade

GODOY, A. S. **Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas possibilidades.** Revista de Administração de Empresas. São Paulo v. 35, n. 2, p. 57 –63. Mar./Ab. 1995. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>>. Acesso em: junho de 2022;

LINS, Regina Navarro. **A cama na varanda:** arejando nossas idéias a respeito de amor e sexo: novas tendências. Ed. rev. e ampliada – Rio de Janeiro: BestSeller, 2007;

LOURO, Guacira Lopes. **Teoria queer** – uma política pós-identitária para a educação. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 9, n.2, p. 541-53, 2001;

_____. **Os Estudos Queer e a Educação no Brasil:** articulações, tensões, resistências. Contemporânea, São Carlos, v. 2, n. 2 p. 363-369, 2012;

MASCARENHAS, A. D. N. **Por uma pedagogia decolonial contra a docilização de corpos, invasão cultural e desproblematização da educação no projeto da escola cívico militar.** Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v.29, n.3, p. 366-384, set./dez., 2020;

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer:** um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica & UFOP, 2012;

PISCITELLI, A. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (Org.) A prática feminista e o conceito de gênero. **Textos didáticos**, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002;

SAWAIA, B.B. (Org.). **As artimanhas da exclusão:** uma análise ético-psicossocial da desigualdade. 2. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001;

SEFFNER, F. Atravessamentos de gênero, sexualidade e educação: tempos difíceis e novas arenas políticas. In: REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL DA ANPED – UFPR, 11, 2016. Anais... Curitiba: ANPED, 2016. p. 1-17;

ZAMBONI, M. **Marcadores Sociais da Diferença.** Sociologia: grandes temas do conhecimento (Especial Desigualdades). São Paulo, v. 1, p. 14-18, 2014;